

CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

REQUERIMENTO N º DE 2023

Solicitam seja convidado o Sr. Bruno Stankevicius Bassi, pesquisador e coordenador do observatório jornalístico De Olho nos Ruralistas, para prestar informações a esta comissão.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja CONVIDADO, Bruno Stankevicius Bassi, para prestar informações sobre invasões de terras em território nacional.

JUSTIFICATIVA

Bruno Stankevicius Bassi é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília e atua como coordenador de projetos e pesquisa do observatório jornalístico De Olho nos Ruralistas, onde é responsável pela prospecção e execução de parcerias estratégicas e produção de conteúdo.

De Olho nos Ruralistas é um observatório sobre os impactos sociais e ambientais do agronegócio no Brasil. Do desmatamento à expulsão de camponeses, da comida com agrotóxicos à violação de direitos dos povos indígenas.

Este ano o observatório publicou o **Relatório “Os invasores:** quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terras indígenas”, que revela, de forma inédita, o nome de pessoas físicas e jurídicas por trás de 1.692 casos de sobreposição de fazendas em territórios delimitados pela Funai. Estariam envolvidos “gigantes do agronegócio, indústria armamentista e investidores dos cinco continentes”.



A esta Comissão importa entender a metodologia aplicada e conhecer os agentes envolvidos nas invasões ilegais abordadas neste Relatório e em outros estudos realizados pelo observatório, inclusive para identificação de eventuais ocorrências envolvendo a atuação do Movimento Sem Terra no Brasil e supostos financiadores.

Ao todo, o estudo apurou que as sobreposições em terras indígenas englobam **1,18 milhão de hectares**, uma área do tamanho do Líbano. Desse total, 95,5% estão em territórios pendentes de demarcação. Os dados também mostram que 18,6% da área sobreposta são utilizados para a produção agropecuária. Deste total, 55,6% são ocupados por pasto e outros 34,6% por soja.

Esse avanço se deu ao custo da preservação ambiental. A partir do cruzamento das sobreposições com os dados de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi identificado o desmatamento de 46,9 mil hectares entre 2008 e 2021, considerando apenas as áreas de incidência em TIs.

O relatório aponta ainda a existência de uma correlação direta entre as sobreposições e os dados de conflitos e mortes de indígenas, com destaque para os territórios dos povos Kanela/Timbira, no Maranhão; Guarani Kaiowá e Terena, no Mato Grosso do Sul; e Pataxó na Bahia.

Há ainda, outra preocupação, que é o **financiamento estrangeiro nessas invasões de propriedade pública da União**. O estudo identificou a origem estrangeira de 156 indivíduos e corporações dentre os titulares das 1.692 sobreposições em TIs: “De empresas multinacionais com sede em outros países a investidores estrangeiros, foi possível traçar conexões econômicas em catorze países, abarcando os cinco continentes.”

Entre os grupos multinacionais ligados a fazendas incidentes em Terras Indígenas (TIs) figuram subsidiárias e sócios de alguns dos principais grupos do agronegócio, identificando os produtores de grãos, carne, madeira, açúcar e etanol e frutas como os principais responsáveis pelas sobreposições. O estudo mostra ainda a participação de bancos e fundos de investimento na pressão econômica contra as TIs.

O relatório cita, inclusive, a empresa Suzano, objeto de três requerimentos de convocação já apresentados (REQ 8/2023, REQ 10/2023 e REQ 12/2023), sendo importante também esclarecer as implicações no contexto de invasões rurais.

Aponta-se também conexões diretas com o crime organizado: “das relações próximas de latifundiários no Amazonas com a Cosa Nostra, na Itália, a um ex-garimpeiro ligado ao maior contrabandista de diamantes do mundo”.

Assim, a oitiva do coordenador de pesquisa do Observatório permitirá conhecer um cenário mais amplo das invasões de terras no Brasil, seus agentes e financiadores, e poderá trazer importantes esclarecimentos para o aprofundamento dos trabalhos dessa Comissão.



* C 0 2 3 9 9 1 5 0 8 3 4 0 0 *

REQ n.124/2023

Apresentação: 23/05/2023 13:13:14.940 - CP/MST

Sala das Comissões, de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)

Dep. MARCON (PT/RS)



* C D 2 3 9 9 1 5 0 8 3 4 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239915083400>



Requerimento (Do Sr. Nilto Tatto)

Solicitam seja convidado o Sr. Bruno Stankevicius Bassi, pesquisador e coordenador do observatório jornalístico De Olho nos Ruralistas, para prestar informações a esta comissão.

Assinaram eletronicamente o documento CD239915083400, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 7 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV

